Diferença gritante

MARIANA FLORES
DA EQUIPE DO **CORREIO**

Breno Fortes/CB - 7/3/07

ANTÔNIA RECEBE R$ 360 COMO GARI EM BRASÍLIA. NA CAPITAL DE GOIÁS, ESSE SALÁRIO É DE R$ 391. EM NATAL, ATINGE R$ 418, E NO RIO CHEGA A R$ 511

Brasília atrai investimentos e imigrantes pelo rótulo de ter a maior renda per capita do país. O título, no entanto, é sustentado unicamente pelos servidores públicos, que apesar de reclamações e protestos, têm salários quase quatro vezes maiores que os pagos pelas empresas particulares. As estatísticas provam que os brasilienses lotados no setor privado, sejam eles assalariados ou autônomos, além de estarem à margem do reduto do funcionalismo, também ganham menos do que os trabalhadores de outras cidades brasileiras.

No ano passado, os servidores públicos em Brasília ganhavam, em média, R$ 3.246, quase o dobro do que é pago em São Paulo, R$ 1.659. A diferença do salário médio do funcionalismo e dos trabalhadores do setor privado na capital também é grande. As empresas particulares pagam R$ 844 em média, apenas 26% dos R$ 3,2 mil recebidos pelos funcionários públicos (**veja quadro**). O valor é inferior aos salários de São Paulo e Porto Alegre, segundo dados do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) em seis regiões metropolitanas.

As empresas de São Paulo pagam, em média, 30% a mais que as de Brasília. No ano passado, as de Porto Alegre pagaram R$ 2 a mais e as de Belo Horizonte chegaram bem perto dos salários pagos na capital federal. Os brasilienses que decidem trabalhar por conta própria também ficam em desvantagem em relação às outras cidades. Os autônomos de São Paulo, de Porto Alegre e de Belo Horizonte têm rendimentos melhores.

A falta de organização sindical para lutar por melhores reajustes na data-base, aliada à falta de desenvolvimento da economia privada e ao elevado desemprego, cria ambiente desfavorável para os trabalhadores. "Brasília é uma ilha da fantasia. Há a idéia de que há alta renda, mas isso não ocorre na iniciativa privada, principalmente entre os que têm baixa escolaridade. O fraco setor privado e os monopólios de diferentes segmentos contribuem para isso", afirma o coordenador do Dieese, Antônio Ibarra.

Pisos menores

As negociações coletivas do DF demonstram o cenário negativo. Enquanto os quase 100 mil comerciários de Brasília comemoram reajuste de 4,2%, que elevou o piso da categoria para R$ 465, em Porto Alegre os vendedores ganham R$ 501. Em Florianópolis o salário salta para R$ 570 e em São Paulo, R$ 581. Em Cuiabá e Goiânia, cidades com custo de vida menor que o de Brasília, os salários ficam próximos ao valor da capital federal — R$ 400 e R$ 425, respectivamente.

"Todos os anos quando sentamos com os empresários é uma choradeira. Se tem guerra no fim do mundo eles falam que não podem dar aumento. Temos feito negociações em separado com lojas maiores para tentar melhorar a situação", afirma a presidente do Sindicato dos Comerciários do DF, Geralda Godinho. Os instrumentos de pressão são fracos, segundo Geralda. Greves não estão entre as opções. "É complicado parar no setor privado. Então fica difícil pressionar os patrões", completa.

Dificuldades

A falta de organização também prejudica os frentistas, segundo o presidente do Sindicato dos Trabalhadores no Comércio de Minérios e Derivados de Petróleo no DF, Raimundo Miquilino. "A categoria é dispersa e medrosa por causa da grande rotatividade no setor. Os patrões deitam e rolam. Temos dificuldade imensa para negociar." Em negociação atualmente, eles pedem 8% de reajuste. Os empregadores oferecem 1,5%. Nem Miquilino acredita que vão conseguir um aumento considerável em cima dos R$ 615 pagos atualmente. No Rio de Janeiro o piso é de R$ 719. Em Belo Horizonte, de R$ 943.

Para tentar facilitar as negociações, os metalúrgicos da cidade mudaram a data-base de novembro para maio, mês mais favorável para vendas. No ano passado tiveram reajuste de 10%. O piso salarial, no entanto, é pouco superior ao salário mínimo — quem entra na carreira hoje recebe R$ 397. A última greve da categoria foi há nove anos quando cerca de 800 pessoas pararam as atividades por 26 dias. Acostumados com as paralisações, os metalúrgicos de São Paulo têm um salário mínimo bem superior ao do pessoal de Brasília — R$ 561. Os de Porto Alegre também estão à frente. O salário inicial na capital do Rio Grande do Sul é de R$ 473.

As diferenças entre os salários não param por aí. Os pedreiros de Brasília ganham mais que os de Recife, mas seus auxiliares, os serventes, não. O piso dos que estão no DF é de R$ 420. Na capital pernambucana é de R$ 429. As telefonistas da capital também estão atrás das de outros estados. As paulistanas recebem, no mínimo, R$ 730, as cariocas, R$ 616, e as brasilienses, apenas R$ 563.

Apesar de terem capacidade de organização, os rodoviários também têm contracheques mais humildes que os pagos em outras cidades. Os motoristas de coletivos no DF ganham R$ 929, menos que os de Curitiba (R$ 1.045) e os de São Paulo (R$ 1.259). Os cobradores também estão em desvantagem. No DF as empresas pagam R$ 485, na capital paranaense o valor sobe para R$ 592, e em São Paulo o salário é quase duas vezes maior — R$ 726.

COMPARE OS VALORES

Quanto ganham os brasileiros nas regiões metropolitanas* (em R$)

Região	Assalariados setor público	Assalariados setor privado	Autônomos
São Paulo	1.659	1.100	848
Porto Alegre	1.550	846	812
Distrito Federal	3.246	844	709
Belo Horizonte	1.568	836	740
Salvador	1.463	743	537
Recife	1.188	585	403

* O Dieese pesquisa seis regiões metropolitanas para elaborar a Pesquisa de Emprego e Desemprego.

Fonte: Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos.